Covid-19 não pode justificar uma agricultura mais destrutiva para a Natureza

21 de Abril, 2020

As associações da plataforma C6 (FAPAS, GEOTA, LPN, Quercus, SPEA e ANP-WWF) vêm expressar o seu desacordo absoluto com a decisão da ministra da Agricultura de “flexibilizar” a obrigação de práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente (*Greening*). A crise criada pela pandemia COVID-19 não pode justificar a destruição da Natureza. Pelo contrário, esta crise só poderá ser ultrapassada com soluções que garantam a sustentabilidade ambiental da agricultura, dizem as organizações da C6.

Segundo a decisão do Ministério da Agricultura, os produtores podem agora praticar o pastoreio nas áreas de pousio e não são obrigados à diversificação de culturas nas explorações cerealíferas. Esta proposta de intensificação da agricultura vem no sentido oposto às orientações da própria Comissão Europeia no novo Pacto Ecológico Europeu (*European Green Deal*), para uma maior diversificação do mosaico agrícola, aumento da qualidade da produção, e redução dos impactos da agricultura intensiva no ambiente e recursos naturais. Aliás, o ministro do Ambiente e Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, já assinou duas declarações a nível europeu de apoio ao Pacto Ecológico Europeu como saída para a crise.

Esta medida não beneficia todos os agricultores, e nem sequer a maior parte. Não beneficia as pequenas explorações até 10ha, nem as explorações em modo de produção biológico, porque a estas já não eram exigidas medidas especiais para aceder aos pagamentos adicionais do *Greening*. Também não beneficia as explorações mistas, com vários tipos de cultivos, e as explorações extensivas, porque estes agricultores não têm qualquer dificuldade em satisfazer os compromissos para obter os subsídios do *Greening*.

Esta medida só vem beneficiar as grandes explorações de agricultura intensiva, com base nas monoculturas e no regadio. Ou seja, aqueles que mais têm beneficiado dos subsídios da União Europeia, que se localizam nos melhores solos e possuem acesso facilitado à água. Esta agricultura intensiva irá agora receber um subsídio (*Greening*) a que não têm direito por ser dedicado à proteção do solo, da água e da biodiversidade. Para as organizações da C6 esta medida excepcional não é justa para os agricultores, nem para os contribuintes, e é uma aberração em termos ambientais.

A pandemia de Covid-19 resulta de uma profunda falta de respeito pela natureza e pelo funcionamento dos ecossistemas. A reação do Ministério da Agricultura não pode ser cancelar o cumprimento de uma medida de proteção do ambiente e da biodiversidade, permitindo que a agricultura intensiva continue a receber esses apoios sem fazer os mínimos pela proteção do meio rural. Pelo contrário, este é o momento para acelerar a mudança para uma economia climaticamente neutra, que protege e restaura a natureza, a saúde e o bem-

estar, sem gerar desperdício, de um modo justo e que não deixe ninguém para trás. Para evitar repetir os erros do passado, os dinheiros públicos deverão ser investidos em benefícios públicos, de forma transparente e eficaz.

As orientações da Comissão Europeia sobre o apoio ao sector agrícola nos Estados Membros em resposta à Covid-19 são de agilizar datas e procedimentos administrativos/burocráticos bem como facilitar o pagamento das ajudas, o que apoiamos, e não de aliviar o cumprimento de obrigações de carácter ambiental.

“Todos estamos cientes das dificuldades que já existem, e que se vão agravar, em vários setores da sociedade. Mas, tal como recomenda a OCDE, a solução não pode ser cancelar medidas importantes para a sustentabilidade ambiental e proteção da natureza. Tem de ser precisamente o contrário: a forma de ultrapassar a crise que estamos a atravessar é encontrar soluções para evitar a destruição de valores naturais e dos serviços dos ecossistemas”, refere Domingos Leitão, em nome da coligação C6.

No final do mês passado, a C6 enviou uma carta ao primeiro ministro e à ministra da Agricultura, entre outros ministros, em que apelava ao Governo português para demonstrar liderança e um horizonte alargado ao continuar e reforçar a trajetória para uma economia resiliente e sustentável, em linha com o Pacto Ecológico Europeu.